




**DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ÊXITO ACADÊMICO: O Acolhimento
Institucional como Estratégia de Permanência Qualificada**

**ON THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO ACADEMIC SUCCESS:
Institutional Welcoming as A Strategy for Qualified Retention**

**DEMOCRATIZACIÓN DEL ACCESO AL ÉXITO ACADÉMICO: El Apoyo
Institucional como Estrategia para la Retención de Estudiantes Calificados**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n60-077>

Data de submissão: 29/04/2026

Data de publicação: 29/05/2026

José Ricardo Braga

Mestre em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

E-mail: jricardo@ufs.edu.br

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios da permanência estudantil nas universidades públicas brasileiras a partir da discussão sobre políticas institucionais permanentes de acolhimento, cuidado e inclusão estudantil no ensino superior público. Parte-se da compreensão de que a ampliação do acesso ao ensino superior, intensificada pelas políticas afirmativas e de democratização educacional, exige das instituições públicas o fortalecimento de políticas permanentes de acolhimento, apoio psicossocial e inclusão acadêmica. O estudo objetiva discutir as contribuições de políticas institucionais de acolhimento para a permanência qualificada dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, emocional e acadêmica. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória, documental e bibliográfica, fundamentada em revisão teórica, análise institucional e interpretação crítica da legislação educacional brasileira. A discussão aborda questões relacionadas à evasão universitária, saúde mental discente, vulnerabilidade multidimensional, desenvolvimento humano integral e democratização da educação superior. A análise evidencia que políticas institucionais interdisciplinares e humanizadas de acolhimento podem contribuir significativamente para o fortalecimento da permanência estudantil, promoção da saúde mental, ampliação do pertencimento institucional e consolidação de práticas inclusivas no ambiente universitário. Conclui-se que o acolhimento institucional constitui instrumento estratégico para efetivação do direito à educação superior pública, democrática e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Permanência Estudantil. Assistência Estudantil. Acolhimento Institucional. Inclusão Social. Saúde Mental. Êxito Acadêmico.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges of student retention in Brazilian public universities based on the discussion of permanent institutional policies for welcoming, caring for, and including students in public higher education. It is based on the understanding that the expansion of access to higher education, intensified by affirmative action and educational democratization policies, requires public institutions to strengthen permanent policies for welcoming, psychosocial support, and academic inclusion. The study aims to discuss the contributions of institutional welcoming policies for the



qualified retention of students in situations of social, emotional, and academic vulnerability. It is a qualitative, exploratory, documentary, and bibliographic research, based on theoretical review, institutional analysis, and critical interpretation of Brazilian educational legislation. The discussion addresses issues related to university dropout, student mental health, Multidimensional vulnerability, integral human development, and democratization of higher education. The analysis shows that interdisciplinary and humanized institutional reception policies can contribute significantly to strengthening student retention, promoting mental health, expanding institutional belonging, and consolidating inclusive practices in the university environment. It is concluded that institutional reception constitutes a strategic instrument for the realization of the right to public, democratic, and socially referenced higher education.

Keywords: Student Retention. Student Assistance. Institutional Reception. Social Inclusion. Mental Health. Academic Success.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos de la retención estudiantil en las universidades públicas brasileñas a partir de un análisis de las políticas institucionales permanentes de acogida, atención e inclusión del alumnado en la educación superior pública. Parte de la premisa de que la ampliación del acceso a la educación superior, intensificada por las políticas de acción afirmativa y la democratización educativa, exige que las instituciones públicas fortalezcan las políticas permanentes de acogida, apoyo psicosocial e inclusión académica. El estudio busca analizar la contribución de las políticas institucionales de acogida a la retención cualificada del alumnado en situaciones de vulnerabilidad social, emocional y académica. Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria, documental y bibliográfica, basada en una revisión teórica, un análisis institucional y una interpretación crítica de la legislación educativa brasileña. El análisis aborda cuestiones relacionadas con el abandono universitario, la salud mental del alumnado, la vulnerabilidad multidimensional, el desarrollo humano integral y la democratización de la educación superior. El análisis demuestra que las políticas institucionales de acogida interdisciplinarias y humanizadas pueden contribuir significativamente a fortalecer la retención estudiantil, promover la salud mental, ampliar el sentido de pertenencia institucional y consolidar prácticas inclusivas en el entorno universitario. Se concluye que el apoyo institucional constituye un instrumento estratégico para la realización del derecho a una educación superior pública, democrática y con referencia social.

Palabras clave: Retención Estudiantil. Asistencia Estudiantil. Apoyo Institucional. Inclusión Social. Salud Mental. Éxito Académico.



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as universidades públicas brasileiras passaram por profundas transformações decorrentes das políticas de democratização do acesso ao ensino superior. Esse processo contribuiu significativamente para o ingresso de estudantes oriundos de grupos historicamente marginalizados, ampliando a diversidade do corpo discente universitário e redefinindo os desafios institucionais relacionados à inclusão, à permanência e ao êxito acadêmico.

Embora tais avanços representem importante conquista social e política, o acesso ao ensino superior não garante, por si só, a permanência acadêmica e o êxito formativo dos estudantes. Diversos fatores de vulnerabilidade econômica, social, emocional e pedagógica continuam impactando significativamente as trajetórias acadêmicas, revelando os limites das políticas tradicionais de assistência estudantil centradas exclusivamente no suporte financeiro.

Nesse contexto, a experiência universitária contemporânea tem sido marcada pelo crescimento de demandas relacionadas à saúde mental, insegurança alimentar, dificuldades de adaptação acadêmica, fragilidade de vínculos comunitários e processos de exclusão simbólica e institucional. Tais fatores frequentemente contribuem para situações de evasão, retenção, baixo desempenho acadêmico e adoecimento emocional.

Diante desse cenário, observa-se que, apesar dos avanços das políticas públicas de inclusão, muitas universidades públicas brasileiras ainda carecem de políticas permanentes, estruturadas e interdisciplinares de acolhimento institucional voltadas ao desenvolvimento socioemocional, ao fortalecimento do pertencimento acadêmico e à promoção da saúde integral dos estudantes. Evidencia-se, portanto, a necessidade de construção de modelos institucionais capazes de superar práticas fragmentadas e assistencialistas, incorporando estratégias contínuas de cuidado, prevenção e acompanhamento interdisciplinar.

A permanência estudantil deve ser compreendida como fenômeno multidimensional e interseccional, que envolve não apenas condições materiais de subsistência, mas também aspectos psicológicos, pedagógicos, sociais, culturais e relacionais que atravessam o cotidiano universitário. Nessa perspectiva, as políticas de acolhimento institucional assumem papel estratégico na consolidação de ambientes acadêmicos democráticos, inclusivos e promotores de equidade.

Além disso, a efetividade das políticas de assistência estudantil pressupõe a construção de condições institucionais capazes de assegurar não apenas o ingresso e a permanência temporária do estudante na universidade, mas sua trajetória acadêmica até o êxito educacional, entendido como conclusão do curso, desenvolvimento humano integral, fortalecimento da autonomia intelectual e inserção social qualificada. Assim, políticas estudantis de qualidade devem orientar-se pelo compromisso institucional com a permanência qualificada e com o êxito acadêmico dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, econômica e emocional.

Nesse contexto, consolidam-se discussões acerca da necessidade de políticas institucionais de acolhimento, cuidado e inclusão estudantil concebidas como estratégias de fortalecimento da permanência qualificada, da saúde mental e do desenvolvimento humano integral nas universidades públicas brasileiras.

Diante desse panorama, emerge a seguinte questão de pesquisa: de que forma políticas institucionais permanentes de acolhimento e de suporte ao desenvolvimento socioemocional podem contribuir para o fortalecimento da permanência estudantil, do êxito acadêmico e da inclusão social nas universidades públicas brasileiras?

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar políticas institucionais de acolhimento, cuidado e inclusão estudantil enquanto estratégias de fortalecimento da permanência qualificada, da promoção da saúde mental, do desenvolvimento humano integral e da ampliação das políticas de equidade no ensino superior público brasileiro.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, documental e de revisão bibliográfica, fundamentada na análise institucional e na interpretação crítica das políticas contemporâneas de assistência estudantil e permanência universitária.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A permanência estudantil constitui atualmente um dos principais desafios das universidades públicas brasileiras. A ampliação do acesso ao ensino superior promovida pelas políticas afirmativas tornou mais evidente a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais voltadas ao acolhimento e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo Freire (1987), a educação deve ser compreendida como prática emancipadora e instrumento de transformação social. Nessa perspectiva, o processo educativo exige reconhecimento das múltiplas realidades sociais e culturais vivenciadas pelos sujeitos, especialmente aqueles historicamente excluídos dos espaços institucionais de poder.

Sob a perspectiva sociológica, Bourdieu (1992) argumenta que os sistemas educacionais tendem a reproduzir as desigualdades sociais quando ignoram os diferentes capitais culturais, econômicos e simbólicos dos estudantes. Assim, garantir apenas o acesso formal ao ensino superior não assegura a igualdade efetiva de oportunidades, sobretudo em contextos marcados por profundas desigualdades estruturais.

Santos (2011) defende a necessidade de construção de universidades democráticas, inclusivas e socialmente referenciadas, comprometidas com a justiça social e com a redução das desigualdades históricas. Para o autor, a universidade contemporânea precisa assumir uma função social ampliada, superando modelos elitizados e excludentes.

No contexto brasileiro, a discussão sobre permanência estudantil intensificou-se após a consolidação das políticas afirmativas e da expansão das universidades federais. A aprovação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, representou marco importante na democratização do acesso ao ensino superior público, ampliando significativamente o ingresso de estudantes negros, indígenas, oriundos de escolas públicas e de baixa renda (BRASIL, 2012).

Entretanto, estudos recentes apontam que a democratização do acesso não foi acompanhada, em muitos casos, pela consolidação de políticas institucionais permanentes voltadas à permanência qualificada dos estudantes. Questões relacionadas à insegurança alimentar, vulnerabilidade econômica, sofrimento psíquico, discriminação e dificuldades pedagógicas continuam impactando significativamente a trajetória acadêmica dos discentes.

A discussão contemporânea sobre permanência estudantil também incorpora debates relacionados à saúde mental universitária. Pesquisas apontam crescimento significativo de quadros de ansiedade, depressão, sofrimento psíquico e adoecimento emocional entre estudantes universitários, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Nesse cenário, políticas de acolhimento institucional passam a desempenhar papel estratégico na construção de ambientes acadêmicos seguros, humanizados e promotores de pertencimento social, exigindo abordagens interdisciplinares e integradas capazes de compreender o estudante em sua integralidade biopsicossocial.

Sob uma perspectiva humanista e integral da educação, as reflexões desenvolvidas por Ângelis (1990) contribuiu para ampliar a compreensão do ser humano enquanto sujeito multidimensional, constituído por dimensões emocionais, psicológicas, sociais e éticas. A autora propõe a construção do “homem integral”, fundamentado no desenvolvimento das potencialidades humanas e na educação das emoções. Nessa perspectiva, o processo educativo não deve restringir-se à formação técnica ou intelectual, mas promover o desenvolvimento integral do indivíduo, favorecendo equilíbrio emocional, consciência crítica, fortalecimento da autoestima, capacidade de convivência e construção de sentido existencial.

As reflexões educacionais de Enéas Carneiro (2001) também contribuem para ampliar o debate sobre educação humanizada e formação integral. O autor defendia que a educação deveria ultrapassar a mera transmissão técnica de conteúdos, promovendo desenvolvimento intelectual, moral, ético e social do indivíduo. Para Carneiro (2001), a universidade pública possui responsabilidade estratégica na construção de uma sociedade mais consciente, crítica e comprometida com o desenvolvimento humano.

Sob essa perspectiva, a educação superior deve ser compreendida como instrumento de emancipação humana, fortalecimento da cidadania e valorização da dignidade da pessoa humana. Tais reflexões dialogam diretamente com os desafios contemporâneos enfrentados pelas universidades públicas brasileiras, especialmente diante do crescimento das desigualdades sociais, do sofrimento

emocional estudantil e da necessidade de construção de ambientes universitários mais humanizados e inclusivos.

Ao defenderem uma educação orientada para a humanização, para o acolhimento e para o desenvolvimento integral do ser humano, Ângelis (1990) e Carneiro (2001) contribuem para o fortalecimento de perspectivas institucionais voltadas à promoção da saúde mental, da dignidade humana e da cultura do cuidado no ambiente universitário. Assim, a concepção do homem integral amplia a compreensão da permanência estudantil ao receber o respaldo de que o êxito acadêmico depende não apenas de suporte material, mas também de condições emocionais, relacionais e subjetivas que favoreçam o pleno desenvolvimento humano.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E POLÍTICA

A política de permanência estudantil no Brasil encontra respaldo em amplo arcabouço constitucional, legal e normativo. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação constitui direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Além disso, os princípios constitucionais da igualdade material e da redução das desigualdades sociais reforçam a responsabilidade do Estado na implementação de políticas públicas voltadas à inclusão educacional e à promoção da equidade.

No âmbito educacional, a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece como objetivos da educação superior a democratização do acesso, a promoção da inclusão social e a formação integral dos estudantes (BRASIL, 1996). A Lei nº 12.711/2012 institucionalizou as políticas afirmativas de acesso às universidades federais, ampliando significativamente a diversidade do perfil discente das instituições públicas brasileiras (BRASIL, 2012).

Recentemente, a Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), consolidou novo paradigma para as políticas de permanência estudantil ao incorporar dimensões relacionadas à saúde mental, acolhimento institucional, acessibilidade, inclusão social e desenvolvimento humano (BRASIL, 2024). A referida legislação reconhece que a permanência estudantil ultrapassa o mero suporte financeiro, exigindo políticas estruturadas capazes de enfrentar vulnerabilidades multidimensionais que afetam a trajetória acadêmica dos estudantes.

Nesse sentido, as políticas contemporâneas de acolhimento institucional dialogam diretamente com os princípios atuais da assistência estudantil e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente:

- **ODS 4** — Educação de qualidade;
- **ODS 10** — Redução das desigualdades.

4 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, exploratória, documental e de revisão bibliográfica. A abordagem qualitativa mostra-se adequada por permitir compreensão aprofundada dos fenômenos sociais relacionados à permanência estudantil, às vulnerabilidades acadêmicas e às políticas institucionais de acolhimento.

Do ponto de vista metodológico, foram seguidos os seguintes procedimentos:

1. Revisão bibliográfica sobre permanência estudantil, inclusão social, assistência estudantil, gestão humanizada e saúde mental universitária;
2. Análise documental da legislação educacional brasileira e das políticas públicas correlatas à assistência estudantil;
3. Análise institucional das demandas emergentes de permanência nas universidades públicas brasileiras;
4. Interpretação crítica e propositiva das políticas institucionais contemporâneas de acolhimento e inclusão.

As políticas institucionais contemporâneas de acolhimento estudantil analisadas e propostas neste estudo estruturaram-se em seis eixos principais de atuação:

- Acolhimento e triagem integrada;
- Atendimento psicossocial interdisciplinar;
- Oficinas socioeducativas permanentes;
- Grupos de apoio temáticos;
- Formação continuada da comunidade universitária;
- Articulação intersetorial e redes externas de proteção.

A metodologia discutida prioriza práticas de escuta qualificada, prevenção de crises, acompanhamento longitudinal, fortalecimento do pertencimento institucional e promoção da saúde integral dos estudantes.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

As transformações recentes no ensino superior brasileiro evidenciam que a democratização do acesso não elimina automaticamente os mecanismos de exclusão acadêmica. Muitos estudantes ingressam nas universidades públicas em condições marcadas por vulnerabilidades econômicas, emocionais e sociais que impactam diretamente suas trajetórias acadêmicas. Nesse contexto, observa-se crescimento significativo de demandas relacionadas à saúde mental, sofrimento psíquico, insegurança alimentar, dificuldades pedagógicas e fragilidade de vínculos comunitários entre estudantes universitários.

Tais fatores contribuem para situações de evasão, retenção, baixo desempenho acadêmico e adoecimento emocional, evidenciando limites das políticas tradicionais de assistência estudantil centradas exclusivamente no auxílio financeiro. Diante desse cenário, as políticas institucionais contemporâneas de acolhimento estudantil propõem mudança paradigmática na compreensão da assistência estudantil, superando modelos estritamente assistencialistas e consolidando práticas institucionais baseadas em acolhimento humanizado, prevenção, cuidado integral e interdisciplinaridade.

A proposta compreende a vulnerabilidade como fenômeno multidimensional e interseccional, envolvendo aspectos econômicos, emocionais, pedagógicos, raciais, culturais e familiares. Nesse sentido, o acolhimento institucional passa a ser compreendido como estratégia fundamental para fortalecimento da permanência acadêmica, promoção do pertencimento universitário e construção de ambientes educacionais mais democráticos e inclusivos. Além disso, a proposta fortalece práticas de gestão participativa e corresponsabilidade institucional, valorizando redes solidárias de apoio, escuta qualificada e integração entre diferentes setores da universidade.

A permanência estudantil, entretanto, não deve ser compreendida apenas como manutenção temporária do vínculo formal do estudante com a universidade. A efetividade das políticas de assistência estudantil pressupõe a construção de condições institucionais capazes de assegurar a trajetória acadêmica até o êxito educacional, entendido como conclusão do curso, desenvolvimento humano integral, fortalecimento da autonomia intelectual e inserção social qualificada.

Sob essa perspectiva, políticas estudantis de qualidade devem orientar-se não apenas pela ampliação do acesso ou pela redução imediata da evasão, mas pelo compromisso institucional com a permanência qualificada até a integralização acadêmica do estudante. Isso implica reconhecer que o êxito acadêmico constitui finalidade central das políticas contemporâneas de assistência estudantil, exigindo ações contínuas de acolhimento, apoio psicossocial, acompanhamento pedagógico, inclusão social e promoção da saúde mental. O enriquecimento dessas ações atua como um mecanismo ativo de mitigação e dissuasão dos fatores de risco de abandono precoce, convertendo a vulnerabilidade em potencial de realização formativa.

Nesse contexto, a permanência universitária passa a representar processo contínuo de desenvolvimento acadêmico, humano e social, no qual a universidade assume responsabilidade compartilhada na construção de trajetórias formativas exitosas, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social, econômica e emocional. Esta visão redefine o papel institucional: desvia-se a responsabilidade exclusiva do sucesso ou fracasso das costas do estudante e assume-se um modelo de corresponsabilidade pedagógica e relacional.

A articulação entre assistência estudantil, saúde mental, inclusão social e desenvolvimento humano demonstra alinhamento da proposta com os debates contemporâneos sobre permanência estudantil e democratização efetiva da educação superior pública.

À luz das reflexões de Ângelis (1990) e Carneiro (2001), compreende-se que políticas institucionais humanizadas devem considerar o estudante em sua integralidade emocional, psicológica, social e relacional. O conceito do “homem integral” amplia a compreensão da permanência estudantil ao reconhecer que o desenvolvimento acadêmico está diretamente relacionado ao equilíbrio emocional, à construção de vínculos saudáveis, ao sentimento de pertencimento e ao fortalecimento da autoestima.

As reflexões de Freire (1987), Ângelis (1990) e Carneiro (2001) convergem ao reconhecer que o verdadeiro processo educativo deve promover emancipação, dignidade humana, desenvolvimento integral e transformação social. Assim, garantir a permanência até o êxito acadêmico constitui não apenas objetivo administrativo das políticas estudantis, mas compromisso ético, pedagógico e social das universidades públicas brasileiras. Sob essa perspectiva, o acolhimento universitário deixa de representar apenas medida administrativa de assistência estudantil e passa a constituir estratégia pedagógica e humanizadora voltada à promoção do desenvolvimento humano integral. Assim, ambientes universitários fundamentados em escuta, empatia, solidariedade e valorização das subjetividades tendem a favorecer não apenas a permanência acadêmica, mas também a formação ética, emocional e cidadã dos estudantes.

6 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

A implementação de políticas permanentes de acolhimento institucional pode produzir impactos significativos nas dimensões acadêmica, social e institucional das universidades públicas. Entre os principais resultados esperados destacam-se:

- Redução da evasão universitária e consolidação de mecanismos protetivos;
- Fortalecimento da saúde mental discente;
- Ampliação do pertencimento institucional;
- Melhoria do desempenho acadêmico e taxas de diplomação;
- Fortalecimento das políticas de inclusão e diversidade;
- Consolidação de cultura institucional humanizada;
- Ampliação das redes de proteção social;
- Promoção da equidade educacional.

Além disso, espera-se fortalecimento das práticas institucionais de escuta ativa, acolhimento e promoção da dignidade humana, consolidando a universidade como espaço democrático, inclusivo e socialmente referenciado. Do ponto de vista institucional, políticas estruturadas de acolhimento

contribuem para melhoria da capacidade da universidade em identificar precocemente situações de vulnerabilidade e desenvolver respostas interdisciplinares mais eficazes.

Nesse sentido, políticas permanentes de acolhimento institucional apresentam potencial para contribuir não apenas com a permanência acadêmica dos estudantes, mas também com a consolidação de culturas universitárias baseadas na inclusão, no cuidado integral e na promoção da justiça social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a permanência estudantil constitui um dos principais desafios contemporâneos das universidades públicas brasileiras, especialmente diante da ampliação do acesso ao ensino superior promovida pelas políticas afirmativas e de democratização educacional.

Conclui-se que políticas institucionais permanentes de acolhimento e apoio ao desenvolvimento socioemocional são fundamentais para garantir não apenas o acesso formal à universidade, mas a permanência qualificada e o desenvolvimento integral dos estudantes. Sob essa perspectiva, a compreensão do ser humano em sua dimensão integral — emocional, social, ética, psicológica e relacional — fortalece a construção de políticas universitárias mais humanizadas e comprometidas com a promoção da dignidade humana.

A análise das políticas institucionalizadas de acolhimento estudantil demonstra que abordagens interdisciplinares, preventivas e humanizadas podem contribuir significativamente para o enfrentamento das vulnerabilidades acadêmicas, emocionais e sociais presentes no contexto universitário. Além disso, o estudo reforça que a assistência estudantil contemporânea deve ultrapassar modelos exclusivamente assistencialistas, incorporando estratégias de acolhimento institucional, promoção da saúde mental, fortalecimento do pertencimento acadêmico e valorização da diversidade.

Nesse contexto, políticas permanentes de acolhimento representam não apenas instrumentos administrativos de suporte estudantil, mas mecanismos estratégicos de democratização efetiva da educação superior, promoção da justiça social e fortalecimento da função pública e emancipadora das universidades brasileiras. Por fim, compreende-se que a consolidação de ambientes acadêmicos democráticos, inclusivos e humanizados depende do comprometimento institucional contínuo com práticas de escuta, cuidado, equidade e valorização das múltiplas trajetórias e realidades vivenciadas pelos estudantes.



REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024.

CARNEIRO, Enéas Ferreira. Um grande projeto nacional. 1. ed. São Paulo: Alvorada, 2001

FRANCO, Divaldo Pereira (Joanna de Ângelis). O homem integral. Salvador: LEAL, 1990

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.